



ARTIGOS PRINCIPAIS

Homilia e querigma da paz: a atualização do Mistério Pascal diante dos discursos de guerra à luz do magistério de Leão XIV

Homily and Kerygma of Peace: The Relevance of the Paschal Mystery in the Face of War Rhetoric, in the Light of the Magisterium of Leo XIV

Patrick da Silva Brandão *

RESUMO: Este artigo propõe compreender a homilia como linguagem pascal da paz diante da captura da palavra religiosa por discursos de guerra, medo e hostilidade. À luz do magistério inicial de Leão XIV, especialmente da formulação da paz de Cristo como “desarmada” e “desarmante”, sustenta-se que a paz não constitui tema periférico da pregação cristã, mas dimensão constitutiva do querigma pascal. O estudo desenvolve-se em perspectiva teológico-litúrgica e homilética, articulando o *Diretório Homilético*, a renovação conciliar da liturgia, a reflexão contemporânea sobre a homilia e a teologia da consciência moral. Em primeiro lugar, analisa-se a crise da palavra religiosa quando esta é deformada em linguagem de inimização e legitimação da violência. Em seguida, fundamenta-se a homilia como parte integrante da liturgia e atualização da Palavra no horizonte do Mistério Pascal. Por fim, demonstra-se que a homilia forma a consciência cristã para discernir linguagens de hostilidade, conduz a práticas pascais de justiça, reconciliação e cuidado dos feridos. Conclui-se que a homilia deve ser palavra desarmada porque nasce de Cristo, e desarmante porque forma discípulos capazes de testemunhar a reconciliação inaugurada pela Páscoa.

PALAVRAS-CHAVE: Homilia. Querigma. Paz. Mistério Pascal. Leão XIV.

ABSTRACT: This article proposes an understanding of the homily as a paschal language of peace in the face of the capture of religious speech by discourses of

* Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

war, fear, and hostility. In light of the initial magisterium of Leo XIV, especially his formulation of Christ's peace as "unarmed" and "disarming," the article argues that peace is not a peripheral theme of Christian preaching, but a constitutive dimension of the paschal kerygma. The study adopts a liturgical-theological and homiletic perspective, bringing together the *Homiletic Directory*, the conciliar renewal of the liturgy, contemporary reflection on preaching and the theology of moral conscience. First, it analyzes the crisis of religious language when it is distorted into a language of enmity and legitimation of violence. It then grounds the homily as an integral part of the liturgy and as an actualization of the Word within the horizon of the paschal mystery. Finally, it shows that the homily forms Christian conscience to discern hostile languages, leads to paschal practices of justice, reconciliation, and care for the wounded. The article concludes that the homily must be unarmed because it is born from Christ, and disarming because it forms disciples capable of witnessing to the reconciliation inaugurated by Easter.

KEYWORDS: Homily. Kerygma. Peace. Paschal Mystery. Leo XIV.

Introdução

Em contextos marcados por guerras, polarizações e novas formas de violência simbólica, embora a palavra religiosa possa ser chamada a testemunhar reconciliação, também corre o risco de ser capturada por linguagens de medo, de ressentimento e de hostilidade. Quando isso ocorre no âmbito da pregação cristã, o problema não é apenas comunicativo ou pastoral: atinge o próprio modo como a Igreja anuncia o Evangelho de Cristo morto e ressuscitado. Ou seja, uma palavra que deveria proclamar a vida nova pode, se deformada, tornar-se instrumento de inimização, de legitimação da violência e de fechamento perante o outro.

É nesse contexto que este artigo se propõe à reflexão sobre a homilia como lugar litúrgico do querigma da paz. A questão central não é apenas se a Igreja deve falar sobre a paz, mas de que modo sua pregação litúrgica pode tornar audível, no "hoje" da celebração, a saudação pascal do Ressuscitado: "A paz esteja convosco" (Jo 20,19). A homilia, por sua natureza, não é discurso religioso autônomo, nem espaço de opinião privada do pregador. Ela pertence à ação litúrgica da Igreja, nasce da Palavra proclamada e conduz a assembleia ao mistério celebrado no tempo litúrgico e na história concreta. Por isso, sua linguagem deve ser coerente com o conteúdo pascal que anuncia.

Nesse ínterim, o magistério inicial de Leão XIV oferece uma chave particularmente significativa para essa reflexão. Ao apresentar a paz de Cristo como "desarmada" e "desarmante", o Papa recoloca a paz no centro do anúncio cristão, não como tema diplomático periférico, mas como expressão do próprio Ressuscitado que vence o ódio, a inimizade e o medo sem

reproduzir a lógica da violência (Leão XIV, 2025a, não paginado). Em suas mensagens, a paz aparece vinculada à construção de pontes, ao diálogo, à justiça, à dignidade, ao perdão e à reconciliação. Trata-se, portanto, de uma paz cristológica, eclesial e histórica: nasce de Cristo, forma a Igreja e exige responsabilidade concreta diante dos conflitos do mundo.

Desse modo, a hipótese deste artigo é a de que a homilia, à luz desse magistério, deve ser compreendida como linguagem pascal da paz. Isso significa que ela não apenas transmite conteúdos sobre a paz, mas participa da formação de uma consciência cristã apta a discernir se palavras religiosas estão sendo capturadas por discursos de guerra. Significa, ainda, que a homilia deve conduzir a assembleia a práticas concretas de justiça, reconciliação e cuidado para com os vulneráveis, sem confundir paz com passividade, ou justiça com vingança. O anúncio da Palavra faz com que o discurso cristão seja purificado pela lógica do Crucificado-Ressuscitado.

Para desenvolver tal tese, o estudo se organiza em três movimentos: primeiramente, analisa-se a crise da palavra religiosa diante dos discursos de guerra; em seguida, fundamenta-se a homilia como atualização litúrgica da Palavra e do Mistério Pascal, recorrendo ao Diretório Homilético e à reflexão homilética recente; por fim, examina-se sua função formativa na consciência cristã e sua abertura para práticas pascais de paz. Assim, pretende-se demonstrar que, em tempos de guerra e polarização, a conversão pascal da palavra cristã é tarefa teológica, litúrgica e pastoral: a homilia, quando fiel ao Ressuscitado, não arma consciências para a guerra, mas forma discípulos para a paz.

1. A crise da palavra religiosa e o querigma da paz em Leão XIV

1.1 A crise da palavra religiosa: discursos de guerra, memória ferida e linguagem blasfema

A palavra ocupa lugar constitutivo na experiência cristã. A fé bíblica nasce da escuta de um Deus que fala, cria, chama, promete, corrige, consola e salva. No cristianismo, essa centralidade atinge sua forma mais elevada no mistério da Encarnação: o Verbo eterno do Pai fez-se carne e habitou entre nós (Jo 1,14). A comunicação divina, portanto, não se reduz apenas à transmissão de ideias religiosas, mas assume rosto, voz, corpo, história e relação. Por isso, toda palavra pronunciada em nome da fé possui densidade teológica própria, podendo tanto mediar encontro, reconciliação e esperança, como divisão, hostilidade e violência.

É nesse ponto que se situa uma das crises contemporâneas mais graves da linguagem religiosa, haja vista que, quando separada do mistério de Cristo, a linguagem cristã aparentemente religiosa, perde sua substância evangélica. Ou seja, não se trata apenas de inadequação retórica ou de problema periférico de comunicação pastoral, o que está em jogo é a fidelidade da palavra eclesial ao Deus que ela pretende anunciar.

A crise da palavra religiosa possui raiz histórico-hermenêutica: Ela é histórica porque a violência atravessa processos de conquista, colonização, expansão imperial e constituição de poderes políticos; e é hermenêutica porque textos, imagens e memórias religiosas podem ser interpretados de modo a legitimar conflitos, exclusões e formas simbólicas ou materiais de violência. Nesse percurso, as religiões nem sempre permaneceram fora da engrenagem da violência; servindo, na verdade, em diversos contextos, como motivação, força agregadora e razão explícita para conquistas, execuções e guerras (Passos, 2023, p. 5-6). Ressalte-se, contudo, que a supracitada constatação não autoriza o raciocínio simplista de associar religião a violência. Reconhece-se, no entanto, que, no imaginário judaico-cristão, convivem duas posturas em tensão: de um lado, a afirmação cristã do Deus-Amor, do perdão e do amor aos inimigos; de outro, a permanência de imagens divinas violentas e de narrativas bíblicas de combate, disponíveis como uma espécie de “arsenal hermenêutico”, mobilizável por leituras marcadas por interesses políticos, identitários e/ou bélicos (Passos, 2023, p. 6-7).

Desse modo, a crise da palavra religiosa não se reduz ao mau uso de expressões agressivas; envolve a forma como textos, símbolos e memórias da fé são interpretados e atualizados. Quando determinadas imagens bíblicas de violência são retiradas de seu contexto histórico-salvífico e aplicadas diretamente ao presente, sem mediação cristológica, isto é, sem serem relidas à luz do Cristo crucificado e ressuscitado, que vence a violência sem reproduzi-la, a palavra religiosa pode alimentar uma imaginação de combate. Do mesmo modo, sem uma hermenêutica bíblico-litúrgica e eclesial, capaz de situar a Escritura no Mistério Pascal, na celebração da Igreja e na regra viva da fé, o outro passa a ser percebido como ameaça, adversário absoluto ou encarnação do mal, e não como destinatário da reconciliação oferecida em Cristo.

Nesse mesmo horizonte, Santos e Reis observam que os discursos religiosos são atravessados por relações de poder e podem normatizar formas de violência que se refletem nas ações dos interlocutores. As autoras chamam atenção para o modo como a leitura descontextualizada de textos sagrados e de narrativas marcadas por violência pode justificar atos violentos praticados por grupos políticos e/ou religiosos, bem como produzir repressões, silenciamentos e perseguições contra aqueles que rompem com padrões de “verdade única e imposta” (Santos; Reis, 2021, p. 6-8). Nessa dinâmica, a palavra religiosa pode reforçar identidades fechadas, impor

medo e legitimizar exclusões simbólicas. Trata-se precisamente do risco que se identifica na deformação da homilia.

Essas contribuições qualificam a expressão “linguagem religiosa armada”. Ela não designa apenas palavras agressivas, mas uma forma de interpretação e comunicação da fé que transforma textos, símbolos e memórias religiosas em instrumentos de combate. Nessa linguagem, a Escritura deixa de ser lida a partir do Cristo que reconcilia e passa a ser mobilizada como repertório de oposição; a identidade cristã deixa de ser discipulado do Ressuscitado e passa a ser pertença contra um inimigo; a homilia deixa de ser serviço à Palavra e se converte em dispositivo de reforço de fronteiras. Por isso, palavras religiosamente revestidas, embora cite Deus, Escritura ou Tradição, podem não conduzir à conversão evangélica, mas à intensificação da lógica da guerra. Diante disso, a palavra cristã precisa ser reconduzida ao seu centro: Cristo, Verbo encarnado, crucificado e ressuscitado.

1.2 A paz como conteúdo constitutivo do querigma pascal

A crise da palavra religiosa conduz à necessidade de recuperar o conteúdo próprio do anúncio cristão. Se a linguagem da fé pode ser instrumentalizada em discursos de guerra, divisão e ressentimento, é porque seu centro foi deslocado. O querigma cristão não nasce da vontade de afirmar uma identidade contra outra, nem da necessidade de mobilizar afetos hostis em defesa de uma causa. Nasce do anúncio de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, em quem Deus reconciliou consigo a humanidade e inaugurou uma nova criação (2Cor 5,19). Por isso, a paz não pode ser compreendida como tema periférico, consequencial ou meramente moral da pregação cristã. Ela pertence ao núcleo do anúncio pascal.

No Novo Testamento, a paz aparece como dom messiânico e pascal. Não se trata apenas de tranquilidade interior, tampouco de simples ausência de conflito. A paz é sinal da presença salvífica de Deus, cumprimento das promessas proféticas e fruto da reconciliação realizada em Cristo. Quando o Ressuscitado se apresenta aos discípulos, fechados pelo medo, sua primeira palavra é: “A paz esteja convosco” (Jo 20,19.21). A cena possui densidade eclesial decisiva: a comunidade nasce sob o signo da paz, não da vingança; da reconciliação, não do ressentimento; do envio missionário, não da hostilidade contra os que crucificaram o Senhor. A paz, portanto, não é acréscimo posterior ao querigma. É a forma pela qual o Ressuscitado se comunica à Igreja. Para o Evangelho de João,

“Paz” (hebr. *shalom*, de *shalam*, “satisfazer”), na Bíblia, não significa a interrupção da guerra, mas a felicidade completa, individual (quase sinônimo de saúde) e comunitária (quando todos podem viver de maneira feliz). É a realização do desejo que Deus inspira aos seres humanos; e porque Deus o inspira, só ele

pode realizá-lo satisfatoriamente, em primeiro lugar, mediante o seu Messias. Esta é a paz que Jesus promete na hora de sua despedida. Viver conforme o rumo que ele mostrou conduz à paz que Deus sonhou para todos nós. A paz de Cristo é o dom que vem do seu “enaltecimento” (Jo 20,19.21) (Konings, 2005, p. 393).

Leão XIV retoma essa intuição ao afirmar que a saudação pascal de Jesus não apenas deseja a paz, mas realiza uma mudança naqueles que a acolhem e, conseqüentemente, em toda a realidade. A paz do Ressuscitado é apresentada como palavra eficaz, apta a transformar o coração, a inteligência e a história. Não se limita a nomear um ideal, mas inaugura uma realidade nova. Por isso, o Papa a descreve como a “revolução mais silenciosa” expressa diariamente pelos sucessores dos Apóstolos: “A paz esteja convosco” (Leão XIV, 2025b, não paginado). Essa formulação permite pensar a paz não como passividade diante das revoluções históricas, mas como a revolução própria do Evangelho: silenciosa, desarmada, perseverante e transformadora.

A primeira consequência dessa afirmação é cristológica. A paz cristã não é, em primeiro lugar, construção humana, embora exija responsabilidade histórica. Ela procede de Cristo, “nossa paz”, aquele que venceu a morte e derrubou as barreiras que separavam os seres humanos. Ao identificar Cristo como Bom Pastor que dá a vida pelo rebanho e como aquele que reúne também as ovelhas que ainda não pertencem ao redil, Leão XIV situa a paz no horizonte da entrega pascal e da universalidade da salvação (Leão XIV, 2025b, não paginado). A paz nasce da doação de Cristo, não da força que se impõe; da vida entregue, não da destruição do adversário; da superação das barreiras, não de sua sacralização.

A segunda consequência é eclesiológica. Se a Igreja nasce da Páscoa, ela é chamada a ser sinal e instrumento dessa paz. A comunidade cristã não pode anunciar o Ressuscitado e, ao mesmo tempo, cultivar uma linguagem incompatível com o seu dom. A fé pascal funda uma nova forma de relação em que o outro presumido como ameaça, concorrente ou inimigo, mas como irmão chamado à reconciliação. Assim, a paz pertence à identidade missionária da Igreja. Ou seja, a evangelização não apenas transmite conteúdos doutrinários, mas testemunha a novidade pascal de uma humanidade reconciliada em Cristo.

Esse aspecto torna-se ainda mais evidente na mensagem *Urbi et Orbi* da Páscoa de 2026, na qual Leão XIV afirma que a Páscoa é vitória da vida sobre a morte, da luz sobre as trevas e do amor sobre o ódio. Ao perguntar com que força Cristo venceu, responde que essa força é o próprio Deus, “Amor que cria e gera, Amor fiel até ao fim, Amor que perdoa e resgata” (Leão XIV, 2026d, não paginado). A formulação decisiva é a afirmação de que a força com que Cristo ressuscitou é “completamente não violenta”. Se a ressurreição é o centro da fé cristã, então toda pregação que legitima

a violência como expressão privilegiada da vontade de Deus entra em contradição com o acontecimento pascal. A homilia, enquanto atualização desse mistério, deve conservar essa forma pascal da vitória cristã.

Essa perspectiva permite distinguir a paz cristã de duas reduções frequentes. A paz cristã deve ser distinguida tanto da redução intimista, que a entende apenas como serenidade subjetiva, quanto da redução político-pragmática, que a limita à cessação externa das hostilidades. A paz pascal articula coração fé e história, conversão e justiça, interioridade e responsabilidade pública. Por isso, ela deve ser compreendida como conteúdo constitutivo do querigma: o anúncio cristão proclama que, em Cristo, Deus reconciliou a humanidade consigo, derrubando os muros de separação (Ef 2,14). Em Cristo, a paz não é apenas oferecida; ela é personificada. Cristo não apenas ensina a paz: Ele é a paz.

A mensagem de Natal de 2025 amplia essa compreensão ao mostrar que a paz pascal possui raiz na encarnação. O nascimento de Cristo é apresentado como o Natal da paz, pois o Menino nascido em Belém é “Cristo Senhor”, enviado pelo Pai para salvar do pecado e da morte, e é identificado como “nossa paz”, aquele que venceu o ódio e a inimizade com o amor misericordioso de Deus (Leão XIV, 2025c, não paginado). A paz não começa como programa abstrato, mas como acontecimento histórico: o Verbo assume a fragilidade humana, nasce em pobreza, é rejeitado e identifica-se com os descartados. A Encarnação revela que Deus não salva pela força que domina, mas pela proximidade que assume a vulnerabilidade.

Essa raiz impede que a proposta da paz cristã se torne ideal desencarnado. A paz do Evangelho passa pelos corpos feridos, pelos povos ameaçados, pelos empobrecidos, pelos migrantes, pelos trabalhadores explorados, pelos presos e por todos aqueles em quem Cristo continua a ser encontrado. Em *Dilexi te* (n. 3), Leão XIV afirma que o amor de Cristo conduz os cristãos a reconhecer a forte ligação entre o amor do Senhor e o chamado a se tornarem próximos dos pobres; no apelo a reconhecê-lo nos pobres e atribulados, revela-se o próprio coração de Cristo. Assim, a paz querigmática não pode ser separada da compaixão histórica. Ela exige que a palavra pregada se incline sobre os vulneráveis da história, em vez de reforçar a indiferença que os invisibiliza.

A paz como conteúdo do querigma possui também dimensão escatológica. Ela antecipa a nova humanidade inaugurada pela ressurreição, na qual justiça, liberdade e fraternidade se manifestam como sinais do Reino. A Páscoa é o princípio de uma criação reconciliada, mas essa realidade ainda se encontra em tensão com as forças da morte que atravessam a história. Por isso, a pregação cristã não pode resignar-se ao mal, nem se habituar à violência. Leão XIV (2026d, não paginado) denuncia a normalização da violência e a indiferença diante das mortes, do ódio e das divisões semeadas pelos conflitos. A paz pascal é, nesse sentido, também

crítica da indiferença. Ela impede que a comunidade cristã normalize a guerra como fatalidade.

Compreender a paz como conteúdo constitutivo do querigma implica reconhecer que a palavra cristã é chamada a produzir discernimento. Há discursos que parecem realistas porque assumem a linguagem da força, da suspeita e do medo. No entanto, para Leão XIV (2025b, não paginado, tais narrativas podem ser privadas de esperança, cegas à beleza dos outros e esquecidas da graça de Deus que age nos corações feridos. A fé pascal introduz outra visão de mundo: não a da violência inevitável, mas a visão teologal da ressurreição, segundo a qual o amor de Deus já venceu a morte e continua a operar na história.

Desse modo, a pregação cristã não deve cultivar ingenuidade, mas tampouco pode submeter-se ao imaginário da guerra como linguagem eficaz e inevitável. Pois, se Cristo venceu pela entrega, pelo perdão e por uma força completamente não violenta, a homilia deve ajudar a comunidade a reconhecer a eficácia histórica da mansidão evangélica, da justiça, da misericórdia e do diálogo. A paz não é tema frágil diante da dureza do mundo; é a própria força do Ressuscitado comunicada à Igreja.

1.3 A paz desarmada e desarmante no magistério de Leão XIV

A compreensão da paz como conteúdo constitutivo do querigma pascal encontra, no magistério inicial de Leão XIV, uma formulação sintética e programática: a paz cristã é “desarmada e desarmante”. A expressão, pronunciada já em sua primeira bênção *Urbi et Orbi* e retomada na Mensagem para o LIX Dia Mundial da Paz, não funciona como simples imagem espiritual, mas como categoria teológica capaz de articular cristologia, eclesiologia, ética social, comunicação e missão. A paz é “desarmada” porque nasce do Cristo que vence sem recorrer à violência; é “desarmante” porque não apenas recusa as armas exteriores, mas desativa a lógica interior do medo, do domínio, da hostilidade e da vingança.

Desde a primeira saudação pública de seu pontificado, Leão XIV apresenta a paz como chave de leitura da missão eclesial. Ao dizer “A paz esteja com todos vós”, vincula sua palavra inaugural à saudação do Cristo Ressuscitado, o Bom Pastor, que deu a vida pelo rebanho. A paz é então descrita como dom de Cristo, “desarmada” e “que desarma”, humilde e perseverante, proveniente do Deus que ama todos incondicionalmente (Leão XIV, 2025a, não paginado). Não se trata de gesto protocolar de início de pontificado, mas de opção teológica: a primeira palavra pública do Papa é uma palavra pascal.

De outro modo, tal saudação possui força programática porque inaugura uma forma de compreender a presença da Igreja no mundo. Leão XIV

associa a paz à construção de pontes, ao diálogo, ao encontro e à unidade entre os povos. A humanidade, segundo essa leitura, necessita de Cristo como ponte para ser alcançada por Deus e por seu amor; por isso, os cristãos são chamados a ajudar-se mutuamente na construção de pontes, unindo-se como um só povo em paz (Leão XIV, 2025a, não paginado). A imagem da ponte contrapõe-se à linguagem de trincheiras, muros e inimigos. Já nesse primeiro pronunciamento, portanto, a paz aparece como forma eclesial da missão.

Na Mensagem para o LIX Dia Mundial da Paz, Leão XIV aprofunda essa intuição ao afirmar que a saudação pascal de Jesus não apenas deseja a paz, mas realiza uma mudança definitiva naqueles que a acolhem. A paz do Ressuscitado é apresentada como presença e caminho, como realidade que deseja habitar o ser humano e iluminar sua inteligência. Ao retomá-la, o Papa declara que, desde a noite de sua eleição como Bispo de Roma, quis inserir sua saudação nesse anúncio coral da Igreja: “A paz esteja convosco” (Leão XIV, 2025b, não paginado). A paz desarmada e desarmante torna-se, assim, não apenas tema de uma mensagem anual, mas forma de continuidade apostólica.

A primeira dimensão dessa paz é cristológica. Ela é desarmada porque desarmada foi a luta de Cristo. Leão XIV recorda que, no momento da Paixão, Jesus não respondeu à violência reproduzindo seus mecanismos. Ao contrário, rejeitou o uso da espada e indicou a seus discípulos um caminho perturbador precisamente porque não violento. A paz do Ressuscitado nasce da cruz atravessada sem vingança, da entrega sem domínio e da vitória que não elimina o adversário. A novidade cristã não consiste em substituir uma violência por outra, mas em introduzir na história uma força distinta: a força do amor que perdoa e resgata.

Essa afirmação encontra desenvolvimento explícito na mensagem *Urbi et Orbi* da Páscoa de 2026. Nela, Leão XIV afirma que a força com que Cristo ressuscitou é “completamente não violenta”, comparando-a ao grão de trigo que se decompõe na terra para dar fruto e ao coração ferido que rejeita o instinto de vingança e reza por quem o ofendeu (Leão XIV, 2026d, não paginado). A imagem é decisiva para a teologia da paz: a força pascal não é impotência, mas fecundidade; não é passividade, mas transformação; não é fuga da história, mas modo novo de agir nela.

A paz desarmada, portanto, não pode ser confundida com resignação diante do mal. Ela nasce da vitória de Cristo sobre o pecado, a morte e o ódio, mas essa vitória possui forma própria: realiza-se pela entrega amorosa e não pela destruição. Distingue-se tanto do pacifismo sentimental como da lógica político-militar da dissuasão pela força. Não se limita a silenciar armas; toca e transforma o coração, desativando a vontade de domínio, contenda e poder. Por isso, Leão XIV (2026d, não paginado) convoca à

conversão à paz de Cristo, paz que brota do coração e se torna exigência pública diante de um mundo atormentado por guerras, ódio e indiferença.

A segunda dimensão é antropológica e espiritual. A paz é desarmante porque exige desarmamento do coração, da mente e da vida. Na Mensagem para o LIX Dia Mundial da Paz, Leão XIV retoma a tradição de São João XXIII e da *Pacem in terris* para afirmar que a paz verdadeira não se funda no equilíbrio dos armamentos, mas na confiança mútua. O desarmamento exterior, ainda que necessário, permanece insuficiente se não for acompanhado por um desarmamento integral, capaz de atingir o espírito e afastar o medo, a psicose da guerra e a lógica da ameaça (Leão XIV, 2025b, não paginado).

Essa conversão inclui a palavra. Leão XIV adverte que as religiões devem vigiar contra a tentativa de transformar em armas até mesmo pensamentos e palavras. O Papa denuncia a prática de arrastar palavras da fé para o embate político, abençoar o nacionalismo e justificar religiosamente a violência e a luta armada (Leão XIV, 2025b, não paginado). A paz desarmante deve atingir também os arsenais simbólicos da linguagem religiosa. Não basta rejeitar a guerra material; é necessário desarmar os discursos que a tornam imaginável, aceitável ou sagrada.

Ainda com relação a espiritualidade à luz da *Magnifica humanitas*, Leão XIV afirma que a espiritualidade eucarística gera unidade e solidariedade, fazendo do “Amém” litúrgico uma forma de vida aberta à justiça, à partilha e à dignidade de cada pessoa humana (MH, n. 234-235). Assim, a homilia, ao conduzir a assembleia da Palavra ao mistério eucarístico, deve favorecer uma escuta que se converta em comunhão e práticas concretas de paz.

A terceira dimensão é social e política. A paz desarmada e desarmante não dispensa a justiça; ao contrário, exige-a. Na saudação ao povo argelino, Leão XIV (2026c, não paginado) afirma que a paz não é apenas ausência de conflito, mas expressão de justiça e dignidade; essa paz, que permite enfrentar o futuro com coração reconciliado, só é possível pelo perdão, e por isso não se deve acrescentar ressentimento ao ressentimento de geração em geração. A paz cristã articula justiça e perdão, memória e reconciliação. Não apaga a história, mas impede que ela seja transmitida como cadeia de vingança.

Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos marcados por memórias feridas. Ao visitar o Memorial do Mártir Maqam Echahid, Leão XIV reconhece a história de luta por independência, dignidade e soberania do povo argelino, mas insere essa memória em uma gramática de reconciliação. A verdadeira libertação, afirma, será definitivamente vencida quando se conquistar a paz dos corações (Leão XIV, 2026c, não paginado). A paz desarmante exige, portanto, uma hermenêutica da memória: recordar sem cultivar ressentimento, honrar os mortos sem absolutizar a hostilidade, buscar justiça sem perpetuar a violência.

No discurso às autoridades, à sociedade civil e ao corpo diplomático, Leão XIV amplia essa leitura ao afirmar que a ação política encontra seu critério na justiça, “sem a qual não há paz autêntica” (Leão XIV, 2026b, não paginado). A paz desarmada não é indiferente às estruturas; exige condições equitativas e dignas para todos. Ela se opõe tanto à violência aberta como às formas de dominação que sacrificam a dignidade dos povos e dos pobres. Por isso, o Papa denuncia tentativas neocoloniais, violações do direito internacional, especulação com a vida humana e a transformação do Mediterrâneo e do Saara em espaços de morte e desespero (Leão XIV, 2026b, não paginado).

Essa perspectiva é sublinhada de modo especial na *Magnifica humanitas*, quando Leão XIV aborda a normalização contemporânea da guerra e a reabilitação do recurso às armas como instrumento de política internacional. O Papa observa que a guerra tem sido preparada culturalmente por narrativas simplistas, lógicas de amigo-inimigo, desinformação e medo, em um contexto no qual a violência passa a ser apresentada como necessária, inevitável ou até “limpa” (MH, n. 189-191). É precisamente nesse sentido que ele afirma ser necessário reconhecer a superação da teoria da “guerra justa”, frequentemente invocada para justificar qualquer guerra, mantendo-se apenas o direito à legítima defesa em sentido estrito:

Hoje, mais do que nunca, é importante reafirmar que foi superada a teoria da “guerra justa”, invocada com demasiada frequência para justificar qualquer guerra, mantendo-se o direito à legítima defesa entendida no sentido mais estrito. Para enfrentar os conflitos, a humanidade dispõe de instrumentos muito mais eficazes e capazes de promover a vida humana, como o diálogo, a diplomacia e o perdão (MH, n. 192).

Essa afirmação é teologicamente relevante porque impede que a Tradição cristã seja mobilizada como repertório de legitimação bélica. A paz desarmada e desarmante não nega a exigência da justiça, nem transforma o Evangelho em ingenuidade política; ao contrário, desloca o discernimento cristão da justificação da guerra para a responsabilidade pela paz, pelo diálogo, pela diplomacia e pela proteção das vítimas.

A quarta dimensão é comunicacional. A paz desarmante deve alcançar os modos pelos quais sociedades inteiras aprendem a perceber o outro. Na Mensagem para o LX Dia Mundial das Comunicações Sociais, Leão XIV (2026a, não paginado) adverte que algoritmos orientados à maximização do engajamento recompensam emoções rápidas, penalizam a reflexão e encerram pessoas em bolhas de consenso e indignação, aumentando a polarização social. A guerra simbólica não acontece apenas por discursos explicitamente violentos, mas também por arquiteturas comunicacionais que enfraquecem a escuta e o pensamento crítico. Por isso, a homilia, precisamente por se inserir em uma ação litúrgica de escuta, não deve reproduzir o ritmo emocional das redes, mas formar outra disposição espiritual: atenção, silêncio, discernimento, reconhecimento do rosto do outro e abertura à conversão.

A quinta dimensão é missionária e eclesial. Leão XIV (2026e, não paginado) vincula missão e reconciliação ao afirmar que a Igreja necessita de corações unificados em Cristo, comunidades reconciliadas e disponibilidade para colaborar com generosidade e confiança, pois onde há conflitos, polarizações e desconfiança mútua o testemunho enfraquece. Por isso, uma pregação que divide em nome da fé contradiz performativamente o Evangelho que anuncia. Em contrapartida, uma homilia que forma para a paz participa da comunhão missionária da Igreja, constituindo comunidades capazes de testemunhar o amor de Cristo como reconciliação concreta.

A Mensagem para a Jornada Mundial da Juventude reforça esse discernimento ao afirmar que o testemunho cristão não se confunde com propaganda ideológica e que os jovens não devem seguir aqueles que usam as palavras da fé para dividir. Leão XIV (2025e, não paginado) chama à superação da indiferença, do fechamento e da suspeita, exortando à reconciliação de comunidades polarizadas e oprimidas. Essa passagem revela que a paz desarmante é também pedagogia do testemunho: forma sujeitos capazes de resistir à instrumentalização da fé e de tornar visível a fraternidade que nasce da amizade com Cristo.

A sexta dimensão é social, ecológica e compassiva. Na Mensagem para o X Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, Leão XIV (2025f, não paginado) afirma que a paz é obra da justiça e relaciona devastação ambiental, ganância, desigualdade e conflitos armados como feridas interligadas da casa comum. A paz desarmada não se reduz, portanto, à ausência de guerra entre Estados. Inclui justiça ambiental, cuidado dos pobres, defesa dos povos vulneráveis e proteção da criação. O mundo ferido pela violência humana e ecológica exige uma paz que reconcilie relações sociais, políticas e cósmicas.

Conclui-se desses textos que, para Leão XIV, a paz é simultaneamente dom pascal, responsabilidade histórica, forma de comunicação, exigência social, horizonte missionário e critério de discernimento religioso. Sua originalidade não está em tratar a paz como um tema entre outros, mas em recolocá-la no centro da vida cristã a partir do Ressuscitado. A paz é desarmada porque não nasce da imposição; é desarmante porque desativa a lógica da inimizade; é pascal porque procede da vitória de Cristo sobre o ódio e a morte; é histórica porque se traduz em justiça, perdão, cuidado dos pobres, diálogo, responsabilidade política e reconciliação entre povos. Nesse sentido, se Leão XIII, diante das transformações da modernidade industrial, recolocou a questão social no horizonte da justiça cristã, Leão XIV, diante das revoluções comunicacionais, geopolíticas, bélicas e culturais do presente, recoloca a paz no centro do anúncio cristão.

Com isso, a crise da palavra religiosa mostra o risco de sua deformação em linguagem de violência; a paz como conteúdo do querigma evidencia que o anúncio cristão nasce da saudação pascal do Ressuscitado; e o magistério de Leão XIV permite compreender essa paz como temática central para a fé

cristã. Resta agora aprofundar o fundamento litúrgico dessa argumentação: se a homilia é atualização da Palavra e do Mistério Pascal no hoje da assembleia, então sua forma própria deve corresponder à paz que ela anuncia.

2. A homilia como atualização litúrgica da Palavra e do Mistério Pascal

2.1 A homilia como “parte integrante da liturgia”

A homilia é um ato litúrgico imprescindível no contexto da renovação teológico-litúrgica posterior ao Concílio Vaticano II (Romano, 2015, p. 81-88). Por isso, é necessário superar sua compreensão como simples discurso religioso inserido na celebração, intervalo didático entre as leituras e a liturgia eucarística ou conferência moral pronunciada em ocasião litúrgica. Sua identidade decorre de sua inserção na ação celebrativa da Igreja: ela não pertence ao pregador como espaço de expressão pessoal, mas à Igreja que celebra. A Tradição conciliar e pós-conciliar a compreende como *pars ipsius liturgiae* (SC, n. 52), de modo que sua natureza, forma e finalidade só podem ser entendidas a partir do mistério celebrado. Ela nasce da Palavra proclamada, é sustentada pelo ano litúrgico, dirige-se a uma assembleia concreta e conduz ao mistério eucarístico.

A *Sacrosanctum Concilium* (n. 35) afirma que a pregação deve haurir antes de tudo da Sagrada Escritura e da liturgia, pois anuncia as maravilhas de Deus na história da salvação e no mistério de Cristo, presente e operante nas celebrações litúrgicas. Essa compreensão torna-se ainda mais eloquente ao se observar que o que o Diretório Homilético afirma sobre a homilia enquanto parte integrante da liturgia: “não é só uma instrução”, mas também “um ato de culto” (DH, n. 4). A homilia, portanto, não tem apenas função explicativa; ela participa da glorificação de Deus e da santificação da assembleia. Sua palavra deve conduzir os fiéis a reconhecerem que a Palavra proclamada se cumpre no *hoje* da celebração e que o mistério de Cristo se torna presente na ação litúrgica. Trata-se de uma palavra cultual: nasce da escuta, realiza-se na assembleia e se ordena à resposta de fé, de louvor e de conversão.

A homilia como ato litúrgico tem a Palavra de Deus como fonte primordial tendo presente a assembleia reunida. Assim, a homilia se situa “sob” a Palavra, “ao abrigo” da liturgia e “dentro” do povo de Deus (Gallo, 2021, p. 18). Nesse viés, estar *sob a Palavra* significa que o pregador não domina e manipula o texto bíblico, mas é por ele julgado e conduzido; estar *ao abrigo da liturgia* significa que a homilia não pode romper a unidade ritual da celebração, nem lhe impor uma finalidade estranha; estar *dentro* do povo de Deus significa que ela se dirige a uma assembleia concreta, com suas dores, conflitos, esperanças e necessidades espirituais.

Desse modo, a passagem das leituras à homilia não pode ser reduzida a uma mera síntese temática das perícopes bíblicas. O homileta deve “partir” a Palavra para que ela se torne alimento inteligível e existencial para a assembleia (Fidanza, 2021, p. 24-26). A homilia, nesse sentido, recebe a Palavra proclamada, interpreta-a no interior do mistério celebrado e a entrega à comunidade como palavra viva para o hoje. Isso impede tanto o academicismo exegético quanto a instrumentalização ideológica da Escritura. Por isso, segundo Doglio (2021, p. 19) a homilia deve ser “serva” da Escritura, assim o pregador não se serve da Escritura como repertório de frases para reforçar suas ideias; ele serve à Escritura, deixando que ela configure o conteúdo, o tom e a finalidade da homilia.

O Diretório Homilético é igualmente claro ao delimitar o que a homilia não é. Ela não é sermão sobre tema abstrato, não é ocasião para violentar os textos litúrgicos a fim de adaptá-los a uma ideia preconcebida, não é puro exercício de exegese bíblica, não é aula catequética, nem testemunho pessoal do pregador (DH, n. 6). Essa delimitação não exclui temas atuais, elementos doutrinários, comentários bíblicos ou testemunhos; apenas os subordina à função litúrgica da homilia. Como recorda o próprio Diretório, tais elementos são bons servos, mas maus senhores (DH, n. 7). Para o Elenco de Leituras da Missa, n. 24:

a homilia tem como finalidade que a palavra de Deus anunciada, juntamente com a liturgia eucarística, seja uma proclamação das maravilhas realizadas por Deus na história da salvação ou no mistério de Cristo. [...] a homilia, quer explique a palavra da Sagrada Escritura acabada de ler, quer outro texto litúrgico deve levar a assembleia dos fiéis a uma ativa participação na Eucaristia, a fim de que “vivam sempre a fé que professaram”.

Portanto, a homilia é ato litúrgico, serviço à Escritura, mediação mistagógica e atualização do Mistério Pascal na vida da assembleia. Por isso, sua palavra deve permanecer fiel ao acontecimento que celebra: Cristo morto e ressuscitado, presente na assembleia e operante na Palavra proclamada.

2.2 *Ars praedicandi* e anúncio do querigma

Sendo parte da liturgia, a homilia exige uma *ars praedicandi* própria. Essa expressão não deve ser entendida como simples técnica de oratória sacra, nem como habilidade retórica para tornar o discurso religioso mais atraente. A arte de pregar, no contexto litúrgico, é prática espiritual, hermenêutica, pastoral e comunicativa. O homileta se coloca a serviço da Palavra proclamada, da assembleia concreta e do mistério celebrado.

A *ars praedicandi*, portanto, não começa no ambão, mas na escuta. Antes de falar à assembleia, o pregador deve deixar-se atingir pela Palavra que proclamará. Por isso, o Diretório Homilético (n. 26), retomando *Evangelii gaudium* (n. 145), insiste na necessidade de estudo, oração, reflexão e criatividade pastoral, advertindo que a preparação da homilia não é tarefa secundária,

mas exigência de fidelidade ao ministério da Palavra. A homilia que nasce sem escuta tende a converter-se em discurso de ocasião; a homilia que nasce da Palavra torna-se mediação eclesial do Evangelho no hoje da assembleia.

Ademais, o Diretório Homilético (n. 27-36) propõe a *lectio divina* como caminho privilegiado para o pregador, articulando leitura, meditação, oração, contemplação e ação. Amherdt (2021, p. 34-39) aprofunda essa dimensão formativa ao insistir que a preparação do homileta exige múltiplos respeitos: respeito pela Palavra proclamada, pelos ouvintes, por Deus, por Jesus Salvador, pelo âmbito litúrgico, pela Igreja local e pela Igreja universal. Esse conjunto de respeitos impede que a homilia se transforme em acerto de contas, desabafo, militância ou autopromoção. Desse modo, a formação homilética possui uma dimensão ética: disciplina o uso da palavra para que ela não se converta em dominação espiritual, manipulação afetiva ou violência simbólica.

A *ars praedicandi* supõe, ainda, uma relação equilibrada entre fidelidade ao texto, atenção à liturgia e escuta da assembleia. O Diretório Homilético (n. 149) confirma essa prudência ao advertir que o homileta não deve realizar um esforço artificial para unir todos os fios das leituras, mas seguir aquele que conduz o povo de Deus ao coração do mistério da vida, morte e ressurreição de Cristo, atualizado na celebração litúrgica.

Essa prudência pode ser qualificada pela noção de objetivo comunicativo da homilia. Impellizzeri e Tomatis (2020, p. 129-131) observam que a preparação não deve perguntar apenas “quais aspectos do Evangelho desenvolver?”, mas que objetivo a pregação deve perseguir no hoje da assembleia. Tal objetivo nasce da Palavra proclamada no contexto litúrgico e do contexto vital dos participantes, podendo assumir dimensão cognitiva, comportamental, emocional ou motivacional. No caso do querigma da paz, a homilia não visa apenas informar sobre a paz, mas formar uma disposição pascal: iluminar a inteligência, purificar os afetos, motivar atitudes de reconciliação e abrir caminhos concretos de justiça, perdão e cuidado dos feridos.

Com isso, pode-se afirmar que a *ars praedicandi* é inseparável do anúncio do querigma da paz. O pregador cristão anuncia Cristo, que, ressuscitado, oferece a paz aos discípulos e envia a Igreja como sinal de reconciliação. Em consequência, homilias que fomentam ódio, legitimam violência ou transformam a assembleia em campo de hostilidade contradizem não apenas uma exigência ética posterior, mas a própria natureza querigmática da pregação litúrgica.

2.3 Homilia: linguagem afetiva de paz

Se a homilia anuncia o Ressuscitado, sua linguagem precisa ser coerente com a paz que proclama. Falar da homilia como linguagem de paz não significa defender uma pregação neutra, sentimental ou incapaz de

denunciar o pecado em sua dimensão individual e socio-estrutural. A paz pascal nasce da cruz e da ressurreição, isto é, do acontecimento em que Cristo atravessa a violência sem reproduzi-la, vence o ódio sem assumir sua lógica e inaugura uma reconciliação que não elimina a justiça. Por isso, uma homilia de paz pode denunciar a guerra, o ódio, a injustiça, a idolatria do poder, a instrumentalização da religião e a indiferença diante do sofrimento. O que ela não pode fazer é anunciar essa denúncia com a gramática da hostilidade que pretende combater.

O liturgista Paolo Tomatis (2021, p. 9) oferece um critério decisivo para esse discernimento ao mostrar que a homilia envolve necessariamente a dimensão afetiva. A pregação não toca apenas a inteligência, mas também o coração; não comunica apenas conceitos, mas desperta disposições, emoções e formas de perceber o outro. A questão, portanto, não é saber se a homilia mobiliza emoções, mas quais emoções mobiliza e a serviço de que forma cristã de vida. Isso, pois, repise-se que, em tempos de polarização, discursos religiosos podem explorar afetos de medo, ressentimento, superioridade moral e desejo de eliminação simbólica do adversário. Quando isso ocorre, a homilia, ainda que conserve vocabulário cristão, há de operar sob uma lógica incompatível com o Mistério Pascal.

Tomatis (2021, p. 13) propõe um critério triplo: *lógos*, *páthos* e *éthos*. A dimensão emocional da homilia precisa ser orientada pelo *lógos* da Palavra de Deus e pelo *éthos* da ação litúrgica. Isso significa que o *páthos* homilético não pode ser relegado à espontaneidade do pregador, nem às técnicas de mobilização afetiva próprias da comunicação de massa. A emoção na homilia deve nascer da Palavra e permanecer ajustada ao rito. Quando a pregação se desliga do *lógos* bíblico e do *éthos* litúrgico, o afeto pode degenerar em manipulação.

O *lógos* por excelência da homilia é o Cristo morto e ressuscitado, pois venceu a violência sem reproduzi-la. Assim, a paz que a homilia comunica não é um tema acrescentado exteriormente à pregação, mas consequência interna do próprio conteúdo anunciado. O *páthos* da homilia, por seu turno, ao tocar os afetos da assembleia, não deve alimentar medo, ressentimento ou desejo de destruição simbólica do outro, mas sim afetos pascais, como compaixão, esperança, coragem, misericórdia e abertura à reconciliação. E se o *éthos* da homilia, por sua vez, é litúrgico, sua forma comunicativa deve corresponder ao rito que a sustenta: uma ação de reunião, escuta, louvor, comunhão e envio, e não um dispositivo de combate ou mobilização hostil.

Desse modo, a paz homilética não depende apenas de o pregador “falar sobre a paz”. Ela exige coerência entre conteúdo, afeto e forma. Uma homilia pode mencionar a paz em seu vocabulário, mas contradizê-la se seu *páthos* mobiliza agressividade ou se seu *éthos* assume postura de confronto, humilhação ou superioridade. Ao contrário, quando o *lógos* permanece centrado no Mistério Pascal, o *páthos* é evangelicamente ordenado, e o *éthos* conserva a serenidade própria da ação litúrgica, a homilia se torna

linguagem afetiva de paz: anuncia a verdade sem hostilidade, denuncia o mal sem desumanizar, corrige sem esmagar e consola sem alienar.

Portanto, a homilia como linguagem afetiva de paz oferece um critério teológico-comunicativo para avaliar a pregação cristã. Quando assume a linguagem do medo, da humilhação e da guerra, ainda que use palavras religiosas, afasta-se do Ressuscitado que comunica a paz. Quando, ao contrário, serve à Escritura, respeita a liturgia, ordena os afetos pela caridade e comunica a verdade sem hostilidade, torna-se lugar em que o querigma pascal se faz audível para a Igreja de hoje. A consequência dessa linguagem pascal da paz, deverá formar a consciência cristã para discernir, desejar e praticar essa paz diante das linguagens de hostilidade que atravessam a história.

3. Homilia, consciência cristã e linguagem pascal da paz

A homilia possui uma função formativa decisiva: educar a consciência cristã da assembleia para discernir palavras que se apresentam como religiosas, mas operam segundo a lógica da hostilidade. A pregação litúrgica, nesse sentido, participa da formação de uma consciência apta a distinguir o zelo evangélico da agressividade religiosa, a denúncia profética da vingança simbólica, a defesa da justiça da desumanização do adversário.

Ao tratar da dignidade da consciência moral, o Concílio afirma, na *Gaudium et spes* (n. 16), que, no íntimo da consciência, o ser humano descobre uma lei que não impõe a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz o chama ao amor do bem e à fuga do mal, fazendo ressoar no coração o apelo: “faze isto, evita aquilo”. A consciência, portanto, não é apresentada como pura subjetividade autônoma, nem como espaço de arbitrariedade moral. Ela é o “centro mais secreto” e o “santuário” da pessoa, onde o ser humano se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser (GS, n. 16).

Essa compreensão conciliar encontra ressonância na teologia moral de Bernhard Häring, especialmente em sua leitura da consciência como lugar de escuta da Palavra de Deus. Häring analisa a consciência moral a partir da perspectiva personalista do Concílio Vaticano II, sobretudo de *Gaudium et spes* (n. 16), afirmando que o chamado de Deus no coração humano é, ao mesmo tempo, experiência religiosa e experiência de consciência (Araújo, 2007, p. 198). Para Häring (*apud* Araújo, 2007, p. 198) o temo consciência

deriva do latim *cum* (juntos) e *scientia*, *scire* (conhecer). A consciência é a faculdade moral da pessoa, o centro e o santuário íntimo onde se conhece a si mesmo no confronto com Deus e com o próximo. Mesmo que a consciência tenha uma voz própria, a palavra que ela diz não é dela: vem da Palavra na qual todas as coisas são criadas, a Palavra que se fez carne para viver, ser e existir conosco. E esta Palavra fala através da voz íntima da consciência, o que pressupõe a nossa capacidade de escutar com todo o nosso ser.

Embora a consciência possua voz própria, essa voz não nasce de um fechamento subjetivo sobre si mesma: ela remete à Palavra criadora e encarnada, que fala no íntimo da pessoa e exige capacidade de escuta com todo o ser. Desse modo, a consciência cristã não pode ser reduzida a decisão individual isolada, mas deve ser compreendida como lugar de resposta à Palavra de Deus no interior de relações concretas com Deus, com o próximo e com a história. Nessa perspectiva, nos é permitido afirmar que a pregação litúrgica participa da formação da consciência não por imposição exterior, mas por educação da escuta de Deus. A homilia, quando fiel à Palavra proclamada e ao Mistério Pascal celebrado, ajuda a assembleia a reconhecer se a palavra que ressoa em seu interior procede do Evangelho de Cristo ou se foi deformada por afetos desordenados.

O mesmo número de *Gaudium et spes* explicita que, pela consciência, se revela a lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Por isso, a fidelidade à consciência une os cristãos aos demais seres humanos no dever comum de buscar a verdade e de resolver, segundo ela, os problemas morais da vida individual e social (GS, n. 16). A consciência cristã, assim compreendida, não se fecha em intimismo religioso, nem em identidade confessional defensiva. Ela se abre ao discernimento da verdade no interior da história da humanidade e diante dos conflitos concretos. Desse modo, quando discursos de guerra se apresentam como defesa da fé, da ordem ou da verdade, a consciência formada pelo Evangelho precisa perguntar se tais discursos realizam efetivamente a lei do amor de Deus e do próximo ou se a obscurecem por meio da hostilidade.

A leitura de Stella Morra aprofunda esse ponto ao mostrar que a concepção de consciência em *Gaudium et spes* não é sinônimo de subjetivismo ou solidão individualista, mas remete ao núcleo relacional da pessoa. A consciência caracteriza o ser humano em sua dupla relação: vertical, diante de Deus, e horizontal, diante de si, dos outros e da criação (Morra, 2020, p. 181). Por isso, a consciência moral não pode ser compreendida como instância isolada, mas como lugar em que a pessoa responde a Deus no interior de relações concretas. Morra (2020, p. 182) observa ainda que *Gaudium et spes* sublinha a dialogicidade da consciência moral do crente, de modo que a pessoa, em sua busca pela verdade, não pode prescindir da dimensão relacional. Por isso, a verdade não deve ser presumidamente possuída por uma única visão de vida, mas procurada onde quer que se manifeste, inclusive em horizontes diversos daquele do crente (Morra, 2020, p. 182-183).

Esse fundamento conciliar permite compreender melhor a situação contemporânea. Almeida (2010, p. 6) observa que a consciência moral, no contexto da pós-modernidade, precisa ser repensada como instância de discernimento, decisão e ação, diante de um sujeito fragmentado e eticamente confundido por propostas sedutoras e efêmeras. Mattos (2014, p. 31) acrescenta que a consciência moral cristã é atravessada por pluralismo cultural,

ideológico e religioso, secularização, novas antropologias, acesso irrestrito à informação e relativização das normas objetivas. Por isso, sua formação não se confunde com doutrinação ou imposição externa de conclusões, pois a consciência envolve inteligência, decisão e liberdade, constituindo a instância na qual a pessoa assume princípios de ação e avalia suas decisões concretas (Mattos, 2014, p. 32). Aplicada ao campo homilético, essa compreensão impede pensar a pregação como simples comando moral.

Nesse ponto, Majorano (*apud* Almeida, 2010, p. 108) adverte sobre o risco de se acentuar excessivamente os dados subjetivos da consciência a ponto de tornar quase supérfluos os dados objetivos da moralidade. Assim, o discernimento moral cristão consiste na capacidade de valorar a situação concreta em confronto com o Evangelho, dentro de uma história de salvação (Almeida, 2010, p. 107). A consciência cristã deve avaliar as linguagens de guerra não apenas segundo sua eficácia política, sua força emocional ou sua aparência de defesa moral, mas segundo sua conformidade com o Evangelho de Cristo morto e ressuscitado. *Gaudium et spes* (n. 16) reconhece, ainda, que a consciência pode errar por ignorância invencível sem perder sua dignidade, mas adverte que isso não se aplica quando a pessoa se descuida de procurar a verdade e o bem, permitindo que a consciência se torne progressivamente cega pelo hábito do pecado.

A homilia, portanto, deve exercer uma função de vigilância evangélica: despertar a consciência para a verdade do Evangelho e o bem antes que a repetição da linguagem hostil a torne insensível à paz do Ressuscitado. Almeida (2010, p. 84) também recorda que o discernimento, na tradição patrística, não possui apenas conotação moral, mas propriamente espiritual, estando ligado ao dom do Espírito Santo, à oração, à ascese e à caridade espiritual que conduz à vontade de Deus. Isso permite afirmar que o discernimento diante das linguagens de guerra não é somente análise ética ou prudência política; é também escuta espiritual. A consciência cristã precisa perguntar se a palavra que a move procede do Espírito de Cristo ou de afetos contrários ao Evangelho.

Assim, a homilia não se conclui apenas quando o pregador termina de falar. Mistagogicamente, ela se prolonga no silêncio que a sucede, pois é nesse espaço ritual que a Palavra anunciada deixa de permanecer apenas como discurso ouvido exteriormente e começa a ser interiorizada como apelo de Deus à consciência. A Instrução Geral do Missal Romano (n. 45) recorda que, depois das leituras e da homilia, o silêncio favorece uma breve meditação sobre o que se ouviu; afirma, ainda, que a liturgia da Palavra deve evitar toda pressa que impeça o recolhimento, prevendo breves momentos de silêncio nos quais, com a ajuda do Espírito Santo, a Palavra de Deus possa ser interiorizada e a resposta se prepare pela oração (IGMR, n. 56). Por isso, depois da homilia, “observe-se oportunamente um breve espaço de silêncio” (IGMR, n. 66). Na mesma direção, o Elenco

das Leituras da Missa ensina que a homilia, quando é fruto da meditação e devidamente preparada, torna mais eficaz a Palavra de Deus lida e a celebração da Igreja (ELM, n. 24), sendo o silêncio parte do diálogo entre Deus e o seu povo, no qual a Palavra é acolhida interiormente e a resposta se prepara pela oração (ELM, n. 28).

Desse modo, o silêncio posterior à homilia possui função propriamente mistagógica na formação da consciência. Ele impede que a pregação seja recebida apenas como informação, opinião ou comando moral, permitindo que a assembleia se coloque diante de Deus para discernir o que a Palavra lhe pede no concreto da vida. Assim, diante das linguagens de hostilidade, a tarefa da homilia é ajudar os cristãos a perguntarem não apenas “de que lado estamos?”, mas, mais radicalmente, “que espírito move nossa palavra, nosso juízo e nossa ação?”. O silêncio litúrgico após a homilia favorece precisamente esse deslocamento: da reação imediata ao discernimento, da escuta exterior à interiorização, da comoção passageira à resposta orante.

Conclui-se que a consciência cristã, formada pela homilia pascal e amadurecida no silêncio ritual, deve aprender a reconhecer que toda linguagem religiosa incompatível com a caridade, a dignidade do outro e a paz do Ressuscitado deixou de ser evangélica, ainda que conserve aparência de zelo religioso.

Conclusão

Este estudo procurou demonstrar que a paz não é tema periférico da pregação cristã, mas dimensão constitutiva do querigma pascal. À luz do magistério de Leão XIV, especialmente da paz “desarmada e desarmante”, a palavra cristã é chamada a testemunhar o Ressuscitado em contextos nos quais discursos religiosos podem ser capturados por medo, hostilidade e legitimação da violência.

A homilia, por ser parte integrante da liturgia, não pode ser compreendida como fala autônoma do pregador, nem como espaço de opinião religiosa. Ela nasce da Palavra proclamada, serve ao mistério celebrado e conduz a assembleia à participação no acontecimento pascal. Por isso, sua linguagem deve ser coerente com o Cristo que anuncia: o Crucificado-Ressuscitado, que vence não pela destruição do outro, mas pela entrega de si, pelo perdão e pela reconciliação.

Nesse contexto, a homilia tem uma responsabilidade formativa decisiva. Ela educa a consciência cristã para discernir quando uma linguagem aparentemente religiosa se afasta do Evangelho e passa a operar segundo a lógica da guerra. Tal discernimento, porém, não se encerra no juízo interior: deve desdobrar-se em práticas de paz, justiça, cuidado dos feridos,

diálogo e reconciliação. A paz pascal não é passividade diante da injustiça, mas forma cristã de responder ao mal sem ser convertida por ele.

Por fim, a Igreja anuncia a Ressurreição como acontecimento atual, capaz de converter a consciência e reabrir a história à esperança. Desse modo, pode-se afirmar que uma das revoluções necessárias à Igreja contemporânea é a conversão pascal de sua própria palavra. Em tempos de guerra e de polarização, a homilia é chamada a ser linguagem pascal da paz: palavra desarmada porque nasce de Cristo, e desarmante porque forma discípulos missionários capazes de testemunhar, na história, a reconciliação inaugurada pela Ressurreição.

Siglas

- DH = Diretório Homilético
- DT = Exortação apostólica *Dilexi te*
- EG = Exortação apostólica *Evangelii gaudium*
- ELM = Elenco das leituras da missa
- GS = Constituição pastoral *Gaudium et spes*
- IGMR = Instrução Geral do Missal Romano
- MH = Carta encíclica *Magnifica humanitas*
- SC = Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium*

Referências

- ALMEIDA, André Luiz Boccato de. *Consciência moral e pós-modernidade: discernir, decidir e agir à luz de uma ética das virtudes*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARAÚJO, José William Corrêa de. *A noção de consciência moral em Bernhard Häring e sua contribuição à atual crise de valores*. 2007. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp039415.pdf>. Acesso em: 02 Abr. 2026.
- AMHERDT, F.-X. Preparare gli omileti. *Rivista di Pastorale Liturgica*, Brescia, n. 349, p. 34-39, nov./dez. 2021.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium*: sobre a sagrada liturgia. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 257-306.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo contemporâneo. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 141-256.
- DICASTERIO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Diretório Homilético*. Brasília: CNBB, 2015.

DICASTERIO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. Brasília: CNBB, 2023.

DOGLIO, Claudio. L'omelia "serva" della Scrittura. *Rivista di Pastorale Liturgica*, Brescia, n. 349, p. 19-23, nov./dez. 2021.

FIDANZA, D. Dalle tre letture all'omelia. *Rivista di Pastorale Liturgica*, Brescia, n. 349, p. 24-27, nov./dez. 2021.

FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2014.

GALLO, M. Omelia tra magistero e Messale. *Rivista di Pastorale Liturgica*, Brescia, n. 349, p. 14-18, nov./dez. 2021.

IMPELLIZZERI, Vito; TOMATIS, Paolo. *L'omelia come abbraccio di Dio con il popolo*: percorso di formazione per preti e diaconi. Trapani: Il Pozzo di Giacobbe, 2020.

KONINGS, Johan. *Evangelho segundo João*: amor e fidelidade. São Paulo: Loyola, 2005.

LEÃO XIV. Primeira Bênção *Urbi et Orbi* do Papa LEÃO XIV. Vaticano, 8 maio 2025a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/urbi/documents/20250508-prima-benedizione-urbietorbi.html>. Acesso em: 03 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Mensagem do Santo Padre para o LIX Dia Mundial da Paz 2026*: "A paz esteja com todos vós. Rumo a uma paz desarmada e desarmante". Vaticano, 8 dez. 2025b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/peace/documents/20251208-messaggio-pace.html>. Acesso em: 03 abr. 2026.

LEÃO XIV. Mensagem de Natal e Bênção *Urbi et Orbi* 2025. Vaticano, 25 dez. 2025c. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/urbi/documents/20251225-urbi-et-orbi-natale.html>. Acesso em: 03 abr. 2026.

LEÃO XIV. Exortação apostólica *Dilexi te*. Vaticano, 4 out. 2025d. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html. Acesso em: 01 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Mensagem do Papa Leão XIV para a XL Jornada Mundial da Juventude 2025*. Vaticano, 7 out. 2025e. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/youth/documents/20251007-messaggio-xl-gmg.html>. Acesso em: 03 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Mensagem do Santo Padre para o X Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação 2025*: "Sementes de paz e esperança". Vaticano, 30 jun. 2025f. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/creation/documents/20250630-messaggio-giornata-curacreato.html>. Acesso em: 05 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Mensagem do Santo Padre para o LX Dia Mundial das Comunicações Sociais*: "Preservar vozes e rostos humanos". Vaticano, 24 jan. 2026a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/communications/documents/20260124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>. Acesso em: 05 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Viagem Apostólica à Argélia*: encontro com autoridades, sociedade civil e corpo diplomático. Argel, 13 abr. 2026b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/april/documents/20260413-algeria-autorita.html>. Acesso em: 28 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Viagem Apostólica à Argélia*: visita ao Memorial do Mártir Maqam Echahid: saudação do Santo Padre ao povo argelino. Argel, 13 abr. 2026c. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/april/documents/20260413-algeria-monumento-martiri.html>. Acesso em: 28 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Domingo de Páscoa: Ressurreição do Senhor. Mensagem Urbi et Orbi*. Vaticano, 5 abr. 2026d. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/urbi/documents/20260405-urbi-et-orbi-pasqua.html>. Acesso em: 03 abr. 2026.

LEÃO XIV. *Mensagem do Santo Padre para a 100ª Jornada Missionária Mundial 2026: “Um só em Cristo, unidos na missão”*. Vaticano, 25 jan. 2026e. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/it/messages/mission/documents/20260125-giornata-missionaria.html>. Acesso em: 04 abr. 2026.

LEÃO XIV. Carta encíclica *Magnifica humanitas*: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Vaticano, 25 maio 2026f. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MATTOS, Luiz Augusto de. A consciência moral cristã e a neurociência. *Revista do Centro Universitário São Camilo*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2014.

MORRA, Stella. Dignità della coscienza morale. In: NOCETI, Serena; REPOLE, Roberto (org.). *Commentario ai documenti del Vaticano II*: 8. Gaudium et spes. Bologna: Edizioni Dehoniane Bologna, 2020. p. 180-183.

PASSOS, João Décio. Religião e Violência. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, São Paulo, ano XV, n. 72, p. 5-11, 2023. Disponível em: iberteologia.com.br/images/edicoes/pdf/edicao_20230623090022.pdf. Acesso em: 08 abr. 2026.

ROMANO, Antonio. *L’Omelia*: come rito comunicazionale. Roma: LAS, 2015.

SANTOS, Karol dos; REIS, Mara Bontempo. Apresentação: Dossiê Religião e Violência. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 6-9, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/download/35681/146165-1-11-20210908/146191>. Acesso em: 02 abr. 2026.

Artigo submetido em 01.05.2026 e aprovado em 14.08.2026

Patrick da Silva Brandão é doutor em Teologia, com especialização em Liturgia Pastoral, pelo Istituto di Liturgia Pastorale Santa Giustina, Pádua, Itália. Professor do Departamento de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis-RJ. Orcid.org/0009-0003-1175-1731. E-mail: patrick.brandao@gmail.com

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 804, Jardim 25 de Agosto
25.071-202 Duque de Caxias, RJ

Editores: Márcia Eloi Rodrigues e Franklin Alves Pereira

Disponibilidade de dados:

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no artigo.

